

**GRUPO MARISTA - REDE DE SOLIDARIEDADE
CENTRO SOCIAL MARISTA CAÇADOR**

TATIANA FISCHER

PROJETO TERRITÓRIO

Caçador-SC

2012

Tatiana Fischer
Diretora Centro Social Marista Caçador

PROJETO TERRITÓRIO

**Projeto de pesquisa apresentado em Plano de
Ação do Centro Social Marista Caçador,
para execução 2011/2012.**

Caçador-SC
2012

1. APRESENTAÇÃO

O presente projeto tem por finalidade o estudo dirigido da territorialidade de abrangência do Centro Social Marista Caçador, com vistas às possíveis ações de intervenção social, oportunizando a problematização das limitações e potencialidades do espaço.

Foi idealizado a partir da necessidade de estudo sobre o tema, devido a recente instalação física no território, bem como o desejo de aproximação da comunidade principalmente com o olhar para a infância e juventudes, aos serviços ofertados.

2. ANÁLISE SITUACIONAL

2.1 Do município de Caçador / SC

O município de Caçador e região foi “palco” da maior luta por conflitos de terra da América Latina. Entre os anos de 1912 a 1916, denominada *Guerra do Contestado*¹. Os moradores desta região foram expulsos de suas terras, desencadeando uma grande revolta. Na luta por seus direitos os caboclos denominados *sertanejos* lutaram contra as forças dos militares dos dois estados e também do Exército Nacional que estava encarregado por reprimir a manifestação dos caboclos².

A abertura da estrada de rodagem Caçador/Curitiba, em 1933, deu maior impulso ao desenvolvimento da região. O crescimento da população, o impulso de indústrias madeireiras, a expansão comercial e a projeção econômica e social da região tornaram-se justificativas para a emancipação, que aconteceu no dia 25 de março de 1934, através do Decreto nº 508³. Estes dados incrementam o pensar sobre a estruturação sociocultural e econômica do município.

No ano de 1983, ocorre o maior dos desastres naturais em Caçador. A enchente afeta várias famílias e deixa a cidade isolada por algum tempo.

Muitas famílias foram instaladas em caráter de urgência na então chamada Vila Santa Terezinha, Bairro Martello⁴. Fato este que corroborou para a instalação de espaços com alta vulnerabilidade socioeconômica.

¹Por motivos de disputas de terra entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, e pelo Governo Federal ter concedido o direito à Companhia norte-americana Brazil Railway, responsável pela construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, de explorar a matéria prima na extensão de quinze quilômetros de cada lado da ferrovia.

²Em cinco anos de guerra, 9 mil casas foram queimadas e cerca de 20 mil pessoas morreram..

³O município de Caçador está localizado no meio-oeste do estado de Santa Catarina, no Alto Vale do Rio do Peixe, há 391 km de distância da capital estadual, Florianópolis/SC.

⁴Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a estimativa populacional de 2010 em Caçador é 70.762 habitantes.

O município de Caçador tem como base econômica o extrativismo, um aporte industrial e agrícola⁵.

Na área da educação, o município de Caçador conta com dezesseis escolas municipais urbanas e sete rurais; onze escolas estaduais e nove escolas particulares.

Na Rede Socioassistencial, o município conta com os programas desenvolvidos em nível de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de Média e Alta Complexidade, todos em consonância com a Política Nacional de Assistência Social.

Conta com Conselhos responsáveis pela fiscalização das políticas públicas e controle social no município de Caçador: Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal de Segurança Alimentar; Conselho Municipal de Habitação Popular, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal da Saúde e Conselho da Mulher.

2.2 Do Centro Social Marista Caçador

O Centro Social Marista Caçador integra a Rede Marista de Solidariedade que atua na promoção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Formada por 25 unidades educacionais e sociais Maristas e pelo Centro Marista de Defesa da Infância, a Rede abrange ainda os programas de bolsas de estudo para a Educação Básica e Superior, e diversas outras iniciativas voltadas ao desenvolvimento e transformação local. Presente nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal, a Rede atende a mais de 16 mil crianças, jovens em situação de vulnerabilidade social, de forma direta e continuada ofertando os serviços de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Apoio Socioeducativo, Qualificação Profissional, fora os projetos de promoção da cidadania e geração de renda, voltados para as famílias dos educandos.

Desde 2005 o Centro Social Marista Caçador oferece à comunidade os seguintes Serviços e Programas.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, composto de oficinas relacionadas a diversas áreas como: comunicação, informática, artes plásticas, artes cênicas, dança, musicalização, educação ambiental e jogos cooperativos, oferecidas no contra turno escolar. Este serviço contribui para a formação integral e para o protagonismo das crianças e adolescentes. As oficinas favorecem as relações interpessoais e a compreensão e análise

⁵Segundo levantamento realizado em 2010 pelo SEBRAE, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Caçador em 2000 alcançou 0,793, colocando o município na 159ª posição estadual neste indicador.

crítica da realidade, possibilitando uma participação na sociedade de forma solidária e autônoma. A ampliação do conhecimento e a vivência de valores éticos e coletivos permitem que as crianças e jovens exercitem a cidadania.

Atualmente são disponibilizadas trezentas vagas para atendimento de crianças e adolescentes entre seis e dezesseis anos.

Desenvolve também o Serviço de Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária, que busca o fortalecimento dos educandos, das famílias e da comunidade onde está localizada a Unidade Social. Os projetos a ele vinculados visam à melhoria da qualidade de vida, por meio da geração de trabalho e renda e do exercício da cidadania, à medida que as pessoas obtêm conhecimento e acessam seus direitos. O enfoque deste serviço está no suporte e orientação às famílias dos educandos beneficiados e comunidade do entorno interessada em desenvolver estas ações.

Outro serviço ofertado à comunidade é o Programa Biblioteca Interativa e Telecentro que propõe a mediação da ação socioeducativa por meio do desenvolvimento de projetos para educandos, educadores e comunidade, em um espaço interativo de promoção cultural com acesso à informação e à produção de conhecimento.

O trabalho desenvolvido pelo Centro Social Marista Caçador é pautado por uma concepção de atenção e desenvolvimento de crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente⁶ e princípios da Educação Marista como a Pedagogia da Presença, Pedagogia da Escuta e Acolhida⁷.

2.2.1 Da territorialidade

O território de abrangência de atendimento do Centro Social Marista Caçador compreende o Bairro Martello, que contempla um contexto marcado por expressões da vulnerabilidade socioeconômica, que envolvem a comunidade, tais como desemprego, trabalho informal, pessoas sem alfabetização, condições inadequadas de habitação e saneamento básico, violência, envolvimento com o narcotráfico.

O Bairro Martello é o mais populoso de Caçador, contemplando aproximadamente 21% da população total do município. Possui 2.750 domicílios particulares e permanentes. A cidade tem 39,91% de sua população com idade inferior a 15 anos, sendo que deste percentual

⁶ ECA, Lei nº 8.069/1990.

⁷ Rede marista de Solidariedade, 2010.

somente no Bairro Martello, encontram-se mais de 15% das crianças entre 0 a 14 anos de idade⁸.

Dentro da territorialidade do Bairro Martello, está localizado o Loteamento Santa Teresinha, que podemos considerar a região onde está concentrada a maioria das famílias do bairro em situação de extrema vulnerabilidade social. Neste local está inserida a nova sede do Centro Social Marista Caçador.

Este Loteamento originou-se de uma situação de emergência que ocorreu durante a grande enchente que atingiu a cidade no ano de 1983, momento em que a população que residia em terrenos às margens dos rios que cortam o município, teve suas casas totalmente destruídas pela correnteza. Sendo necessário então, ao poder público municipal construir, às pressas, moradias econômicas para abrigar as famílias flageladas, sem possibilidade de tempo para projetos planejados com toda a infraestrutura necessária.

Somente no Loteamento Santa Teresinha residiam 287 famílias, contando-se 1.223 pessoas. Destas sendo 575 com menos de 15 anos de idade, 47% da população total do Loteamento⁹.

Quanto à renda, das 287 famílias, 68,64% sobrevivem com até 03 salários mínimos e 72 famílias não tem renda alguma, 62 famílias tem 04 filhos ou mais, e ainda deste total, 220 famílias moram em casas de até 04 peças¹⁰.

Esta situação deu origem a um grande bolsão de pobreza, centralizando em um só local as famílias mais carentes e em maior situação de vulnerabilidade e risco, ampliando ainda mais a situação de exclusão social. Estes dados nos remetem ao saber de SANTOS, que afirma que:

Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. A pobreza gerada pelo mercado econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este afinal determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar¹¹.

Observando a dinâmica da comunidade, é possível visualizar que esta situação impõe rivalidade territorial, apontada pela própria comunidade, locais de maior, ou menor status social.

⁸ Conforme levantamento do Plano Diretor do Município de Caçador do ano 2000.

⁹ Conforme levantamento realizado pelo Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Bem Estar Social, no ano de 2005.

¹⁰ Conforme levantamento do Plano Diretor do Município de Caçador do ano 2000.

¹¹ SANTOS, 1998, p.115.

Dentre os Serviços, Programas e Políticas Públicas de Educação disponíveis para o Bairro Martello segue a seguinte estrutura: quatro Centros de Educação Infantil, sendo estes da Rede Municipal de Ensino e seis escolas de ensino fundamental desde a educação infantil ao ensino médio. É perceptível nos dados levantados em relação à população infanto-juvenil, uma grande lacuna na oferta destes serviços.

Dos projetos sociais que atuam diretamente dentro da territorialidade do Bairro Martello podemos citar: 01 Núcleo do Programa PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; ACEIAS – atendimento socioeducativo para crianças e adolescentes; 01 Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, que atua diretamente com as famílias, através do atendimento a grupos que recebem o Benefício de Proteção Continuada (BPC), grupos de mulheres e idosos, crianças dos grupos de capoeira e dos programas de proteção. Em parceria com outras entidades, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS ofereceu a comunidade do bairro, cursos de curta duração, gratuitos nas áreas de construção civil, padaria, confeitaria e apoio administrativo.

O Bairro não conta com nenhuma escola ou serviço de ensino profissionalizante. O Centro de Referência de Assistência Social aderiu ao PRONATEC¹² e PROJOVEM¹³.

Em relação aos Serviços de Saúde o Bairro Martello disponibiliza à sua população: apenas um posto de saúde central, um posto de atendimento, este com o novo prédio em construção com inauguração prevista ainda para 2012. São prestados atendimentos médicos de clínica geral e odontológico. Não são realizados atendimentos especializados, sendo identificados estes casos, ocorre o encaminhado para outras Unidades de Saúde do Município. Conta com uma Equipe de PSF¹⁴, e com o atendimento dos Agentes Comunitários de Saúde.

Cabe salientar, que segundo dados obtidos nas reuniões com famílias, os serviços oferecidos são deficitários e a lista de espera é grande para os atendimentos. Conforme verificado pela pesquisa, parte da população do bairro está descoberta de atendimento por agentes comunitários de saúde.

Outro ponto crítico do bairro é a falta de pavimentação adequada. Apenas algumas ruas na área central do bairro possuem asfalto, estas sem as calçadas para os pedestres, além da sinalização precária ou quase nula. Em algumas localidades o acesso é deficitário, pela

¹² Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

¹³ Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

¹⁴ Programa de Saúde da Família.

falta de pavimentação, com obstáculos, poeira e bastante barro em dias chuvosos, o que impede até mesmo o acesso do transporte coletivo.

A população do Bairro Martello não possui nenhum espaço comunitário destinado a prática de esportes, apenas os ginásios das escolas que são disponibilizados somente para os alunos no período de funcionamento da escola, ou disponibilizadas para a comunidade mediante pagamento. Possui poucos espaços comunitário de lazer, o que se pode facilmente encontrar são *campinhos* de terra para a prática de esportes.

Em 2011 o poder público municipal deu início às obras do Projeto Martello, que contempla algumas ações de melhoria como pavimentação asfáltica e entrega da nova sede do Centro de Referência de Assistência Social.

Pode-se identificar através desta análise, que a população do Bairro Martello está carente de serviços de educação infantil, de espaços comunitários destinados à prática de esportes e lazer, de infraestrutura básica, de programas de geração de emprego e renda, de serviços de saúde especializados, programas de prevenção ao uso de drogas, entre outras ações.

É notória a necessidade do acesso à população deste bairro às políticas públicas já instituídas no município, bem como o Estado centrar todos os esforços para implantação de outras políticas, que venham de encontro às necessidades da população.

A situação de vulnerabilidade no tocante aos direitos fundamentais apresenta-se de forma histórica no processo de organização desta territorialidade. Questão esta, reforçada pelo contexto de economia fundamentada na mão de obra operária, devido ao o mercado de trabalho ser marcadamente fundamentado na economia das indústrias madeireiras e demais indústrias.

A escassez de políticas públicas voltadas para o território, o difícil acesso aos equipamentos de serviços torna a população resignada às ações emergenciais de caráter assistencial, reforçando o desconhecimento ou a não apropriação de seus direitos fundamentais.

Para PEREIRA as políticas públicas, definem-se como “Linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei.¹⁵”.

O processo histórico de afastamento gradativo dos pontos da cidade que ofertam maior acesso a serviços e bens de consumo, ratificam o bolsão de vulnerabilidade instalado no território. Muitas ações já foram direcionadas para este território, tanto por entidades

¹⁵PEREIRA, 1996, p. 130.

particulares, quanto por entidades públicas. Porém percebe-se a necessidade de programarações que fomentem o empoderamento da comunidade em relação ao olhar da própria dinâmica territorial e em relação às políticas publicas.

O âmbito de uma política social é resultante de um processo social, econômico, histórico e político e, por consequência, flui das orientações que uma sociedade estabelece quanto ao âmbito das responsabilidades — se públicas ou privadas — para prover as necessidades de reprodução social. A política social refere como dever de Estado e direito do cidadão as provisões que têm provisão pública, isto é, aquelas que transitam da responsabilidade individual e privada para a responsabilidade social e pública. [...] O alcance das provisões sociais públicas em quantidade, qualidade, cobertura, ética, garantias afiançadas, modo de gestão e financiamento detalham e particularizam o regime da política social adotada em um país em um dado momento histórico.¹⁶

Essa falta de proximidade da comunidade aos equipamentos de garantia de direitos se imprime na comunidade desde olhar o à criança estendendo-se à juventude e às famílias.

Pensar a infância e a juventude pelo olhar do território, é pensar no desenvolver de uma identidade comunitária que proporcione não somente a problematização das angustias e necessidades desta comunidade, mas possibilite o pensar das potencialidades locais entendendo as pessoas envolvidas e a diversidade.

Tratar esta vertente territorial, traz novos elementos para o debate da ética e da cidadania nas políticas publicas e de enfrentamento da exclusão social. Implica considerar a dimensão cultural das populações, suas particularidades locais, os lugares onde vivem, os seus anseios e não somente suas necessidades¹⁷.

O grande desafio estabelecido perante a verificação dos dados estatísticos desta comunidade, bem como a observação durante a pesquisa proposta, perpassa pelo fortalecimento da comunidade no resgate identitário, nas suas particularidades e no reconhecimento de seus potenciais. A observação do território como processo dinâmico do movimento da comunidade e os equipamentos existentes, numa perspectiva de apropriação e problematização da realidade bem como das relações de poder estabelecidas na organização dos espaços e oferta de serviços sejam eles de políticas públicas ou de consumo e prestação de serviços, fundamentam a concretude dos objetivos a que se propõe este trabalho.

Como já destacado, pode-se observar nos dados coletados do Poder Público, a desatualização estatística bem como o pouco direcionamento de ações de políticas públicas pensadas com a comunidade tendo como subsidio as relações territoriais. Pois, “O território

¹⁶ SPOSATI, 2004, p. 31.

¹⁷ KOGA, 2002, p. 25.

em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam.”¹⁸

Para que haja uma intervenção social significativa na Comunidade referenciada, far-se-ão necessárias ações de escuta qualificada desta comunidade e problematização conjunta entre os poderes e demais equipamentos de serviços em garantia de direitos, a oferta de espaços de escuta do público infanto-juvenil que compõe significativamente os índices apresentados.

3. RELATO DA EXPERIÊNCIA

O presente projeto teve início em Agosto de 2011, devido a recente instalação física do Centro Social na localidade. Está sendo desenvolvido desde então, com participação ativa de todos os funcionários do Centro Social e da comunidade educativa e territorial.

Este projeto terá seu desfecho no termino do ano de 2012 conforme indicadores e efetividade dos objetivos propostos. Porém, prevê a realização de ações contínuas no território, com vistas ao desenvolvimento e emancipação da comunidade e protagonismo infanto-juvenil.

Teve início com um estudo dirigido fundamentado nos autores *Dirce Koga*¹⁹ e *Milton Santos*²⁰, em referenciais e publicações institucionais, bem como marcos regulatórios: Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Convenção dos Direitos da Criança, Lei Orgânica da Assistência Social *LOAS* e Política Nacional de Assistência Social *PNAS*.

Os motes de estudo, investigação e ação, são pautados em conceitos de garantia de direitos, protagonismo infanto-juvenil, participação, emancipação, enfrentamento às desigualdades e diversidade, sob a *PNAS* que nos referencia com pressupostos de territorialidade, descentralização e intersetorialidade.

Após os estudos já realizados, atendendo a metodologia proposta, foram realizadas visitas de campo em toda a territorialidade de abrangência do Centro Social. Desta forma,

¹⁸SANTOS, 2000, apud KOGA, 2002, p 24.

¹⁹ Assistente social, pesquisadora do Núcleo de Segurança e Assistência Social da PUC/SP, doutorou-se em Serviço Social pela PUC/SP.

²⁰Geógrafo, professor universitário, publicou mais de 40 obras, é vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, Universidade Católica de Salvador, além de Alma mater da Universidade de Estrasburgo. Concluiu. Doutorou-se em 1958. Em 1994 Prêmio VautrinLud.

foram visualizados alguns dados de extrema relevância para o trabalho, não somente desta Unidade Social, como para as demais entidades da localidade.

Com a coleta foi realizada a compilação dos dados de maior relevância, e com auxílio de um mapa ampliado, foram plotados os dados significativos que chamaram atenção para possíveis intervenções.

Com esta pesquisa foi possível identificar a necessidade de maior presença do estado com vistas às políticas públicas e serviços essenciais para a comunidade:

Nº	Fixos²¹
07	Possíveis Pontos de Drogas
12	Situações de acúmulo de Lixos e Entulhos
04	Visualização de situações de Trabalho Infantil
07	Novas Ocupações habitacionais
19	Bares
79	Comércios
22	Igrejas Evangélicas
04	Conjunto Habitacional
08	Indústrias
03	Igreja Católica
06	Escolas
04	Espaços de Lazer com situações precárias
03	Centros Comunitários
03	Creches
01	CRAS Centro Referência de assistência social
02	Posto de Saúde
01	Posto em Construção
02	Possíveis ações ilícitas com veículos (desmanche de automóveis)
01	Centro Social Marista Caçador
01	Centro de Educação Multidisciplinar
01	Farmácia

Atendendo aos objetivos do projeto, passou-se para a apresentação dos dados coletados à comunidade territorial, instrumentalizando-os ao olhar atento e crítico ao seu ambiente. Nesta reunião com a comunidade foram apontadas outras necessidades de intervenção do poder público. Como resultado da reunião foi proposta a socialização dos dados levantados pelo Centro Social e os dados levantados com a comunidade, para as entidades da territorialidade e também a representante dos três poderes, para juntos iniciarmos um diálogo qualificado para possíveis ações no território.

Paralelamente a estas ações, foram desenvolvidas ações com a Diocese de Caçador, como missões populares, com o intuito de evangelização e de aproximação das necessidades

²¹ SANTOS, 1998, p. 114.

da comunidade, levando além dos objetivos da igreja, informações sobre a garantia de direitos.

Com este movimento, pode-se perceber que outras entidades iniciaram ações no território, mesmo que num movimento tímido e pontual. Embora distante do objetivo principal que foca a garantia de direitos e a participação da comunidade na busca por um espaço que possibilite maior qualidade de vida, todas as ações empreendidas são positivas e acarretam em ganhos para a comunidade.

Em 2012 o Centro Social participou da assembleia da Microrregião da Diocese de Caçador, foi possível pensar ações coletivas da Igreja Católica para a territorialidade. Com o olhar eclesial e pastoral, foram dirigidas ações com igrejas de outras denominações religiosas, com intuito de diálogo ecumênico e validação do projeto por toda a comunidade, pois compreende grande número de igrejas de outras denominações.

No âmbito da unidade social estão sendo desenvolvidas ações de interface entre o público interno e as famílias:

a) Desenvolveu-se ações nos projetos de trabalhos das oficinas, com enfoque na participação dos educandos nos processos internos, a escuta de seus olhares para com sua comunidade, visitas dirigidas nos espaços da comunidade com olhar aos pontos de atenção como: saneamento básico e acúmulo de lixo.

b) No Serviço de Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia solidária, foram propostas ações em parceria com o CRAS para atividades de sustentabilidade e possíveis ações para geração de renda. Nas reuniões de pais, foram problematizadas questões como a participação da família nos espaços de controle social, nas decisões das ações internas ao Centro Social e na incidência da família junto ao poder executivo.

c) Um dos destaques do mapeamento foi a ausência de espaços de lazer e de prática de esportes. Com vistas a esta questão, proporcionou reuniões com as lideranças da comunidade, com o intuito de ofertar os espaços do Centro Social para a comunidade. A primeira tentativa foi disponibilizar a quadra de esportes, ocupada com efetividade pela comunidade.

Ainda no corrente ano, foram realizadas ações de alinhamento, revisitando a proposta metodológica e os objetivos propostos. Foi realizada nova visita ao território e após uma nova discussão junto aos colaboradores do Centro Social, foram alinhados valores maristas e os possíveis componentes curriculares para ação didático-pedagógica, entre eles destacados: escuta, autonomia, pensamento crítico, saúde, lazer e cultura, religiosidade, ações comunitárias, direitos e deveres, envolvimento com as famílias.

A luz das discussões de *Milton Santos*, foram realizadas atividades internas pelos educandos e educadores com o intuito de reconhecimento deste território e um movimento de apropriação da cidade como um todo, estabelecendo um movimento de participação e apropriação dos espaços.

Todas as ações desenvolvidas estão sendo relatadas e documentadas por meio registro escrito e fotográfico, garantindo a possibilidade de avaliação, revisitação das ações e garantia de continuidade.

É necessário destacar que os dados levantados foram coletados, pelos próprios profissionais do Centro Social. Está compreendida no plano de ação do projeto, a parceria com a universidade local com o intuito de formalizar e qualificar a compilação dos dados. Outro destaque se refere à dificuldade encontrada de acesso a dados estatísticos do município e do território. Poucos dados foram acessados sendo estes, desatualizados.

Embora o projeto encontre-se em desenvolvimento, muitas respostas em relação aos indicadores apontados já referenciam indicativos positivos em relação às ações desenvolvidas, como maior envolvimento das famílias nas atividades internas ao Centro Social, aumento das matrículas, relatos de lideranças da comunidade buscando intervenções do poder público no território, entre outras relatadas pelas entidades da localidade.

Através destes indicativos, pode-se perceber que as ações implementadas apresentam grande relevância à comunidade e estão alinhadas aos objetivos propostos.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Conhecer a realidade local de forma a diagnosticar potenciais e pautar ações para intervenção social.

4.2 Objetivos Específicos

- Conhecer o Bairro Martello, mais precisamente a comunidade Santa Terezinha;
- Identificar fragilidades e potencialidades do território;
- Traçar plano de ação para intervenção social;
- Fomentar o protagonismo e autonomia dos cidadãos residentes no território;
- Mobilizar a comunidade para apropriação de conhecimentos sobre garantia de direitos;
- Capacitar lideranças da comunidade;
- Ampliar a gama de parceiros do Centro Social;

- Mobilizar os três poderes municipais para o olhar, escuta e ação qualificada no território;

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Estudo dirigido sobre território e territorialidade;
- Visita a campo;
- Coleta de dados relevantes à ação social;
- Compilação e tratamento de dados;
- Plotagem em mapa (georeferenciamento);
- Feedback a comunidade e entidades e definição de pautas de incidência política;
- Readequação das intervenções pedagógicas;
- Visita às entidades do território;
- Avaliação;

6. AVALIAÇÃO

A avaliação dar-se-á com base nos indicadores e efetividade dos objetivos propostos. O processo será registrado processual e documentalmente através de relatórios escritos e fotográficos.

7. INDICADORES

- Organização formal da comunidade em prol de necessidades coletivas;
- Identificação e atuação da equipe do Centro Social e instituições governamentais nos pontos críticos levantados
- Participação da comunidade nos espaços de discussão coletiva e controle social.
- Participação da comunidade nos serviços ofertados pelos equipamentos da territorialidade.

8. REFERÊNCIAS

SEBRAE SANTA CATARINA. Relatório estadual. Disponível em: www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Documento-Estadual. Acesso em: 15 Ago. 2011.

MUNICÍPIO DE CAÇADOR SC. Lei Orgânica. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/orglaw.pl?city=Ca%E7ador&state=sc>. Acesso em: 18 Ago. 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano Diretor de Regionalização. Disponível em: http://www.portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sc_pdr_completo. Acesso: 10 Set. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Infográfico da cidade de Caçador, SC. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=420300. Acesso: 10 Fev. 2011.

CAÇADOR SANTA CATARIA. História do Município. Disponível em <http://www.cacador.sc.gov.br/portalthome/index.php/lista-de-e-mails/96>. Acesso: 22 Jul. 2011.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. 3ª Ed. FNDCA. Brasília, 2010.

SOLIDARIEDADE, Rede Marista de. Proposta Socioeducativa Referenciais Teórico-Metodológicos. São Paulo (SP): FTD, 2010.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 4ª Ed, 1998.

BRASIL, Política Nacional de Assistência Social, Resolução 145 de 15 de outubro de 2004, publicada no DOU 28 de outubro de 2004.

PEREIRA, Potyara. A Assistência social na perspectiva dos direitos. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília, Ed. Thesaurus, 1996.

KOGA, D. Serviço Social & Sociedade: Cidade entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo, v. 72, ano XXIII, p. 23-52, nov. 2002.

SPOSATI, A. Revista Brasileira de Direito Constitucional: Assistência Social: De ação individual a direito social, n. 10, p. 435-458, jul/dez. 2007